

RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2014

1. INTRODUÇÃO

No final de mais um exercício, vimos informar os nossos Fundadores sobre as atividades mais relevantes ocorridas em 2014, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

Em cumprimento dos objetivos estatutários a Fundação vem desenvolvendo um conjunto de ações de carácter cultural e educacional localizadas em Portugal e em África, designadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que visam valorizar e dar continuidade aos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os Países Africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

Realizando projetos próprios ou apoiando projetos alheios a Fundação, com vista a assegurar a continuidade da sua ação, para além de se preocupar com o valor intrínseco dos projetos que promove e a repercussão positiva que os mesmos exercem no quadro dos objetivos que prossegue, tem-se preocupado particularmente com a sua sustentabilidade financeira. Nesse contexto a Fundação segue uma exigente política de contenção de custos que tende a limitar os encargos fixos recorrendo de forma sistemática e, na medida do possível, a serviços externos na concretização das suas atividades.

Mantendo a estratégia que vem sendo seguida, foi dada prioridade à execução dos projetos da Fundação. Simultaneamente foi sendo estudado o lançamento de outras iniciativas, bem como apoiar algumas atividades de terceiros que lhe foram propostas, desde que estatutariamente enquadráveis. De referir que as limitações financeiras motivadas pela manutenção da instabilidade dos mercados de capitais continuam a ser a principal dificuldade que a Fundação vem enfrentando para lançar alguns projetos, de médio prazo, sempre com a preocupação de que possam ser financeiramente sustentáveis.

Relativamente aos projetos próprios avançamos, de seguida, algumas notas sintéticas.

Quanto ao projeto das Escolas Profissionais em Moçambique e correspondendo à vontade expressa pelos mais altos responsáveis moçambicanos tem sido dado continuidade ao apoio que vem sendo prestado, que visa a consolidação e expansão do novo modelo curricular e pedagógico aprovado pelo Ministério da Educação de Moçambique / DINET.

Relativamente ao projeto Memória de África, continuaram as recolhas de registos bibliográficos e de acervos documentais, quer de Instituições de alguma forma relacionadas com África, quer de particulares, procurando-se incrementar a recolha em diversos países, designadamente, em centros de documentação, quer públicos, quer privados.

No que toca à publicação do Boletim Observatório de África, prossegue a sua edição de forma regular em paralelo com a divulgação, em formato digital, no Portal da Fundação Portugal – África, que está a ser remodelado com vista a corresponder com maior atualidade e rigor aos grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

No que toca ao projeto Diáspora Africana, estão praticamente terminados os trabalhos de execução do estudo respeitante à Diáspora Portuguesa em Angola.

No que diz respeito ao Edifício Sede e, em particular, à Biblioteca, continuaram os trabalhos de receção e organização do acervo bibliográfico oferecido pelo Banco BPI, S.A., Fundador Principal, em paralelo com a recolha e tratamento de outros espólios que têm sido oferecidos à Fundação.

Prosseguem, entretanto, os esforços necessários à renovação do espólio de obras sobre temas relacionados com a teoria e a política das questões ligadas ao desenvolvimento económico.

No que se refere à utilização do Auditório, e no âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, associação de jovens que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem

a interculturalidade num contexto lusófono global, tem-se procurado a dinamização deste espaço da Sede da Fundação Portugal – África, através da realização de atividades que se enquadrem no âmbito programático definido.

Cumprindo o estipulado na Lei - Quadro das Fundações, que estabelece as novas regras de funcionamento destas instituições em Portugal, procedeu-se, no momento próprio, aos ajustamentos que se mostraram necessários, relativamente à adequação dos Estatutos ao novo ordenamento jurídico resultante da publicação daquela legislação.

Sobre as alterações realizadas, e aprovados em Assembleia Geral de Fundadores, continua a aguardar-se a decisão final da Presidência do Conselho de Ministros.

Como já se referiu, a manutenção da instabilidade dos mercados financeiros a nível nacional e internacional, tem condicionado de forma significativa os resultados da carteira de títulos, com os inevitáveis reflexos negativos no nível de atividade que pode ser desenvolvida, uma vez que a sustentabilidade financeira da Fundação como se afirmou, tem sido um dos pilares essenciais em que tem assentado a gestão corrente da Fundação Portugal - África.

2. Assembleia de Fundadores

Em 13 de Outubro de 2014, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária de Fundadores na qual estiveram presentes mais de metade dos representantes dos atuais Fundadores, a que correspondeu cerca de 82,96 % dos votos totais detidos.

Sublinhe-se que o decurso do tempo, face às alterações de fundo que têm afetado alguns dos Fundadores, tem tornado cada vez mais difícil a realização do quórum exigido pelos Estatutos no que toca à realização regular das Assembleias.

Na execução da Ordem de Trabalhos, para além da aprovação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2013, foram ainda discutidas e sugeridas linhas

de orientação para o desenvolvimento da actividade futura da Fundação, que deverá ser enquadrada pela atual conjuntura dos mercados financeiros nacional e internacional.

3. Sede

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram, como anteriormente referido, os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, mantendo-se, em paralelo, a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

Relativamente ao auditório, salienta-se a realização, no dia 5 de Dezembro de 2104, de uma Conferência subordinada ao tema “Os desafios da Cooperação Portuguesa”.

Nesta Conferência estiveram presentes como oradores convidados o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Dr. Luís Campos Ferreira, a Embaixadora de Moçambique Dr.^a Fernanda Moisés Lichale e o Vice Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal – África Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra.

Esta iniciativa enquadrou-se no programa de cooperação celebrado com a Conexão Lusófona, e contou com a presença de muitos interessados, particularmente, jovens oriundos de diversos pontos do País, designadamente de estabelecimentos de ensino frequentados por estudantes dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Para além daqueles eventos, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de acções de formação dos seus Quadros. Relativamente ao Auditório, bem como de atividades realizadas pelo Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra, do Porto, destinadas aos alunos daquele estabelecimento de Ensino.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

Em 2014, a atividade da Fundação Portugal – África centrou-se na realização dos projetos de iniciativa própria, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para a cooperação com África, promovendo, também, o princípio da cooperação com outras instituições a fim de potenciar as capacidades individuais de cada uma delas

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto “Memória de África”

O projeto Memória de África e do Oriente ao longo do ano de 2014 continuou ao nível dos anteriores anos, tendo-se ultrapassado os quatrocentos mil registos e as trezentas e oitenta mil páginas digitalizadas sendo as últimas os Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Iniciou-se naquele Instituto a digitalização do acervo fotográfico do IHMT que tem identificação que permite introduzir legendas em cada fotografia. Os atuais registos, já introduzidos no site, têm uma estrutura como se apresenta no quadro seguinte, se for feita uma pesquisa pela designação do país, sendo que este ano Moçambique ultrapassou Angola como o país com mais registos. Este ano passamos a individualizar neste quadro síntese os registos com referência ao Brasil:

Designação de pesquisa	2012		2013			2014		
	Registos	%	Registos	%	Diferença	Registos	%	Diferença
Angola	62909	18	66676	17,7	3767	67967	16,0	1291
Cabo Verde	30211	8,6	31073	8,2	862	31485	7,0	412
Guiné Bissau	15717	4,5	16181	4,3	464	16402	4,1	221
India / Goa	31762	9,1	33545	8,9	1783	34232	8,0	687
Macau	11632	3,3	13238	3,5	1606	13462	3,0	224
Moçambique	61905	17,7	63401	16,8	1496	69535	17,0	6134

Portugal	53453	15,3	57934	15,4	4481	64948	16,0	7014
São Tomé e								
Príncipe	14397	4,1	14608	3,9	211	14829	3,0	221
Timor	1549	0,4	1679	0,4	130	1752	0,4	73
Brasil	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	10119	2,0	10119
sub total	283535	81	298335	79,1	14800	324731	80,8	26396
Outras								
designações	62410	19	73648	20,9	12194	76955	19,2	3307
Total	345945	100	371983	100	26038	401686	100	29703

Fonte: site Memória de África e do Oriente

De referir que em 2014 o número de registos era de 401.686 e de páginas digitalizadas de 380.671, enquanto a média mensal de visitantes era de cerca de 25 mil, num total de 3.737.809 páginas visitadas.

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2014, os dez primeiros países e territórios em termos de origem das consultas são os do quadro seguinte sendo a Índia e a Alemanha os décimo primeiro e segundos. Note-se a subida de acessos com origem na Holanda que nem constava dos dez primeiros no ano de 2013 e entrou diretamente para o quinto lugar, possivelmente em consequência da apresentação feita num encontro em Delf com o CESA e a Universidade de Aveiro a convite dos organizadores. Verificamos igualmente que os visitantes continuam a ter uma enorme atração por obras digitalizadas e por fotografias a que têm um acesso muito mais fácil pelo Projeto do que pelas Bibliotecas e Arquivos existentes. Em relação a 2013, neste ano de 2014 verificámos uma variação positiva e negativa em diferentes países sem que se possa detetar um padrão: descida nos acessos em Portugal, Cabo Verde, Alemanha, Reino Unido e Macau e subida em Angola, Holanda, Moçambique, Estados Unidos, Índia, Espanha, Guiné – Bissau, Quênia, Indonésia e República da África do Sul.

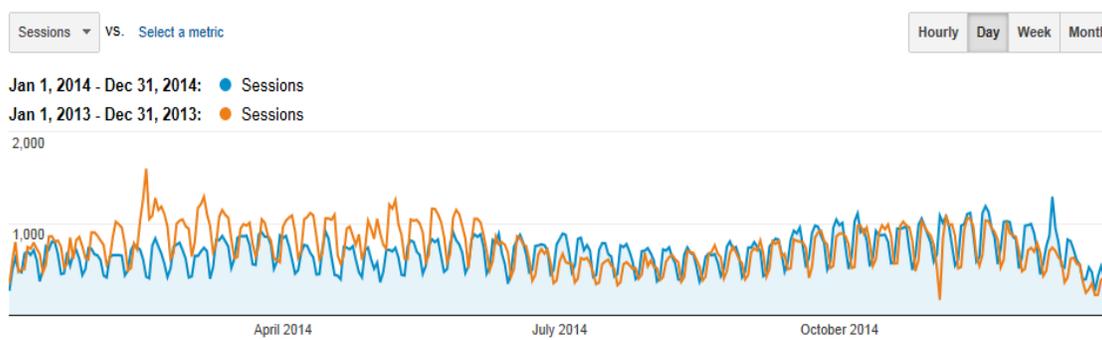
Número	País/Território	Visitas	% de visitas
1	Portugal	108.860	43,2
2	Brasil	45.932	18,2

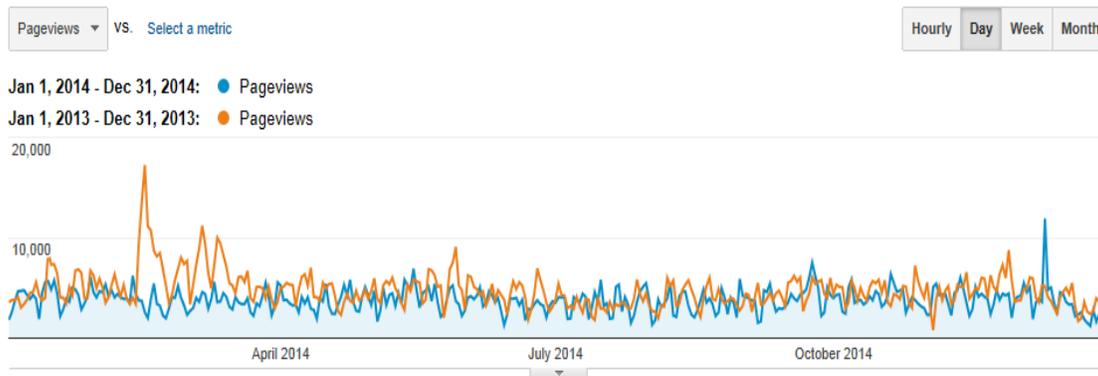
3	Angola	25.672	10,2
4	Moçambique	16.081	6,4
5	Holanda	6.135	2,4
6	Cabo Verde	5.980	2,3
7	Estados Unidos	4.695	1,9
8	França	3.598	1,4
9	Reino Unido	2.328	0,9
10	Espanha	2.299	1,0

Fonte: Google Analytics

A recolha do acervo mais significativo iniciada em 2014 foi no Instituto de Higiene e Medicina Tropical, dirigido pelo Prof. Paulo Ferrinho e iniciou-se igualmente a digitalização de fotografias que o IHMT possui com identificação de conteúdo.

Os Gráficos seguintes comparam a evolução em 2013 e 2014, em visitas e em páginas vistas:





b) Escolas Profissionais de Moçambique

Durante o ano de 2014 continuaram a desenvolver-se ações de consolidação do Programa de Implementação das Escolas Profissionais de Moçambique.

Reconhecidas como um importante pilar para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique o governo moçambicano proporciona cada vez mais sustentabilidade legal e institucional a este projeto.

Efetivamente, com a recente publicação da Lei nº 23/2014 de 23 de Setembro, as Escolas Profissionais de Moçambique revigoraram a sua presença no subsistema do Ensino Técnico Profissional de Moçambique competindo-lhe a formação profissional de nível básico (nível 2 da EU) em todo o território moçambicano.

Há, também, que constatar que o Governo de Moçambique tem vindo, sistematicamente, a honrar os compromissos a que protocolarmente se vinculou, nomeadamente no pagamento das viagens aéreas e terrestres dos participantes em ações de formação ministradas quer em Moçambique, quer em Portugal

Das ações mais relevantes e de maior impacto há que fazer sobressair as seguintes:

- Apresentação do Projeto em Lisboa

A segunda edição do Livro “ Escolas Profissionais de Moçambique -Para Memória Futura – Dez Anos a Acreditar” foi apresentado em Lisboa para um vasto auditório de entidades e organizações com representatividade académica, social, empresarial e institucional. Estiveram presentes o Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal - África, Dr. Mário Soares e Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, a Presidente do Camões, Prof. Doutora Ana Paulo Laborinho, o Prof. Doutor Joaquim de Azevedo e Vice-Ministra da Educação de Moçambique, Prof. Doutora Leda Florinda Hugo. Compareceu também o Senhor Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário do Ministério da Educação e Cultura de Portugal, Dr. João Grancho.

Em todas as intervenções proferidas uma nota dominante: a de que este programa de apoio ao ensino técnico-profissional de Moçambique estava adequado à realidade moçambicana e era de extrema importância para o desenvolvimento socioeconómico do país. Foi assim, unanimemente entendido que Portugal deveria continuar a envidar esforços para que o programa continuasse e se desenvolvesse.

As intervenções quer do Senhor Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra quer da Senhora Vice-Ministra da Educação de Moçambique espelharam bem a fraternidade que une os dois povos e a necessidade de a preservar e desenvolver, sendo este projeto um elemento forte que a promove e a consolida desde 1996.

Houve também lugar a dois momentos culturais: a declamação dos poemas “ A Meu Belo Pai, ex Imigrante” de José Craveirinha e a “ Canção Primeira” do Livro Praça da Canção de Manuel Alegre, interpretados, respetivamente, pela Dr^a Maria Barroso e por Hélder Costa.

Houve também oportunidade de apresentar o documentário televisivo “ Escolas Profissionais de Moçambique – ABC para a Vida”, realizado pela RTP África e emitido no Programa África Global.

Este programa veio a ganhar o primeiro prémio de reportagem sobre temas educativos, atribuído pelo Centro Académico de Desenvolvimento da Educação – CADE (Moçambique).

- Encontro Nacional dos Diretores das Escolas Profissionais

Este encontro, inicialmente programado para 2013, foi *postecipado* para 2014, por questões de segurança interna nas deslocações para Maputo dos participantes. O seu principal objetivo foi sensibilizar todos os Diretores das escolas profissionais de Moçambique a constituírem entre si redes de cooperação de acordo com uma recomendação do Relatório de Avaliação Internacional. Estas redes podem: (i) potenciar os diversos recursos instalados (materiais e humanos); (ii) programar ações comuns (planificação e desenvolvimento curricular); (iii) facilitar a mobilidade de alunos em estágio profissional; (iv) promover um conjunto de ajudas mútuas entre as escolas e os seus diretores; (v) programar formações em conjunto, seja das lideranças, seja dos docentes; (vi) partilhar, ainda, experiências e boas práticas realizadas e/ou em curso.

Este seminário, que contou com a presença de 62 participantes, vindos das 10 Províncias de Moçambique, foi dinamizado pelo Coordenador Científico do Programa Prof. Dr. Joaquim de Azevedo.

- Memorando de Entendimento CTA / MINED

Um outro passo de grande impacto foi a assinatura de um Memorando Entendimento entre a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e o Ministério da Educação de Moçambique.

Com este Memorando pretendeu firmar-se uma estreita colaboração entre os empresários e as escolas profissionais, tendo em conta que a afirmação e a qualidade da educação técnico-profissional está intimamente ligada à disponibilidade e à colaboração do tecido empresarial com as entidades provedoras de formação.

Entenderam, pois, os subscritores promover uma desejável colaboração entre as empresas e as escolas profissionais, nomeadamente: (i) na procura conjunta de uma visão prospetiva que permita a implementação, atempada, de novas ofertas formativas e cursos por forma a equilibrar a relação procura /oferta; (ii) na colaboração em revisões curriculares; (iii) na inventariação de novas competências que os alunos devam possuir; (iv) na disponibilidade para integrarem os conselhos consultivos de formação profissional; (v) na participação nos júris finais de avaliação das Provas de Aptidão Profissional e dos Estágios Profissionais; (vi) na disponibilização de técnicos e gestores para realizarem conferências e seminários para alunos e professores; (vii) na autorização de visitas de estudo às suas instalações; (viii) na facilitação da realização de estágios profissionais aos alunos em formação (ix) em outras áreas que se tornem necessárias para a contínua melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

- Participação na 50^a Edição da FACIM

A FACIM – Feira Internacional de Moçambique – comemorou em 2014 o seu cinquentenário.

Por tal facto, foi apresentado naquela feira, de 25 a 31 de Agosto de 2014, o Programa das Escolas Profissionais de Moçambique.

Estiveram em funcionamento vários ateliês oficinais que evidenciavam, ao vivo, os trabalhos inerentes às especialidades de “Pedreiro de Limpos”, “Carpinteiro /Marceneiro”, “Serralheiro Civil / Soldador”, “Eletricista de Edificações”, “Operador Agropecuário” e “Mesa e Bar”,

Em regime de colaboração entre alunos e mestres de duas escolas fez-se a construção de uma pequena edificação, moldaram-se e aplicaram-se janelas de madeira e as grades de ferro e fez-se a eletrificação do espaço.

A exposição foi visitada pelo Senhor Presidente da República que manifestou grande satisfação pelo trabalho desenvolvido pelos alunos.

Também o ex-Presidente Joaquim Chissano visitou a exposição, recordando-se do histórico do programa e do papel fundamental da Fundação Portugal – África para a sua operacionalização, solicitando os documentos de referência histórica do projeto, para os expor na Fundação Joaquim Chissano.

- Novo Ciclo de Alunos bolseiros

Para o novo ciclo de formação (2014/2017) foram selecionados 18 alunos bolseiros, que chegaram a Portugal no dia 10 de Novembro de 2014, para frequentarem nas escolas profissionais portuguesas acolhedoras cursos de preparação técnica em diferentes áreas profissionais, que se completarão com uma formação psicopedagógica de 410 horas na Universidade Católica Portuguesa, ficando, deste modo, com competências para o exercício da docência em escolas profissionais moçambicanas.

- Concurso SADC – Boas Práticas e Inovação Pedagógica

Foi entendimento da DINET – Direção Nacional do Ensino Técnico do Ministério da Educação de Moçambique que o projeto de implementação da rede das escolas profissionais estaria em condições de poder ser apresentado no concurso SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, sobre “ Boas Práticas e Inovação Pedagógica”.

Deste modo, elaborou-se um texto que foi enviado pela DINET para o Ministério da Administração Estatal.

Dois revisores da SADC reconheceram que o projeto tinha muitas potencialidades para ser dado a conhecer pelos países que integram aquela organização.

- Colaboração com a GALP Energia

É objetivo da GALP Energia construir, em parceria com a ENH, uma escola tecnológica para formar quadros para diversas áreas profissionais e de diversos níveis: (i) curta duração; (ii) longa duração e (iii) nivelamento.

Numa reunião na Embaixada de Portugal houve oportunidade de apresentar o modelo educativo e formativo subjacente ao funcionamento das escolas profissionais de Moçambique bem como do suporte legislativo que as institucionaliza.

Um aspeto que foi tido em conta foi o facto das escolas profissionais poderem ser privadas e disporem de autonomias administrativa, financeira, pedagógica e cultural.

Esclarecidas algumas dúvidas, foi pedido ao consultor-residente que se disponibilizasse para futuros contactos relativos a eventuais esclarecimentos que ajudassem a uma efetiva contextualização dos diferentes cenários.

- Formações em Moçambique

No âmbito do programa de formação contínua de professores ministrado pelos membros das ELIDEP – Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais, realizou-se no Instituto de Formação de Professores, em Nampula, de 23 a 27 de Novembro de 2014, um curso de formação para 30 professores das escolas profissionais das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

- Geminações

No âmbito deste programa, a Escola Profissional Vasconcelos Lebre da Mealhada iniciou com a sua escola-gémea (Escola Profissional Domingos Savio – Inharrime) ações concretas no âmbito da operacionalização do protocolo de geminação então estabelecido.

Foi entendido que numa 1ª fase a Escola da Mealhada poderia: (i) continuar a receber alunos moçambicanos para a frequência de cursos de nível 4; (ii) apoiar a Escola de Inharrime no acabamento do campo polidesportivo; (iii) considerar a hipótese de construir uma casa para residência de alunos.

Entretanto as Escolas Profissionais Portuguesas de CIOR e Marco de Canaveses manifestaram interesse em se geminarem com congéneres moçambicanas.

- Manual do Professor das Escolas Profissionais

Encontra-se já em fase adiantada de elaboração o “Manual dos Professores das Escolas Profissionais de Moçambique”.

Em Novembro de 2014 o 1º draft do manual foi apresentado a membros das ELIDEP que apresentaram algumas críticas e sugestões de melhoramento.

c) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as ações preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

Na sequência destes trabalhos, estão disponíveis no Portal da Fundação Portugal – África, três blogues, que a seguir se indicam, visando a prevenção desta doença:

<http://redevihsidanoticias.cidadaosdomundo.org/>

<http://redesaudecplp.cidadaosdomundo.org/>

<http://redejovenscplp.cidadaosdomundo.org/>

De assinalar a participação muito ativa neste projeto dos jovens lusófonos organizados à volta da Associação Bué Fixe, com sede no Concelho da Amadora.

d) Observatório geo - estratégico sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

A regularidade da publicação, a escolha dos temas, a qualidade da respetiva abordagem têm contribuído para que o Boletim tenha uma significativa aceitação junto dos seus destinatários.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

e) Diáspora Africana

O projeto “Diásporas portuguesas em Angola – um perfil 2002-2012-“, foi executado entre 2013 e 2014, pela iniciativa e com financiamento da Fundação Portugal África, e o enquadramento científico e organizativo do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, por uma equipa de investigadores, constituída pelo Professor Carlos Sangreman, pelo Doutor Carlos Lopes, pela Doutora Maria Sousa Galito (que executou todo o trabalho de entrevistas e a grande maioria da distribuição do inquérito). É apresentada a análise dos resultados de um inquérito online que teve 683 respostas de várias regiões de Angola e de 82 entrevistas, feitas em Luanda, Benguela, Huambo e Cabinda, procurando traçar um perfil dos portugueses emigrados. Procurou-se também recolher a perceção desses migrantes de quantos portugueses haveria em Angola em 2013, tendo – se ponderado as respostas pelos dados oficiais portugueses e angolanos para chegar de uma forma o mais fiável possível, a uma ordem de grandeza de 150 – 175 mil portugueses a trabalhar ou viver naquele país. O prefácio do livro que está em fase de edição antes de ser impresso, foi feito pelo Prof. Dr. Manuel Augusto Correia, ex-presidente do IPAD, atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Paralelamente a este trabalho a Fundação tem apoiado algumas iniciativas isoladas cujos objetivos se inserem no seu conteúdo programático, como a atribuição seletiva de algumas Bolsas de Estudo, e o apoio a outras iniciativas em curso neste âmbito, normalmente em colaboração com outras entidades.

4.3- Novas iniciativas em cooperação

Dando sequência à política que tem sido seguida pela Fundação de colaborar sistematicamente com outras entidades na prossecução dos objetivos estatutários, anotam-se alguns dos projetos em que se tem dado conteúdo prático a essa colaboração.

a) Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes – como membro fundador da Plataforma, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar na atividade que vem sendo desenvolvida sob a coordenação da Fundação Calouste Gulbenkian.

Nesta Plataforma participam, designadamente, Fundações, Autarquias, Associações Patronais e Sindicais, entre outras entidades.

b) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar nas atividades deste Órgão da CPLP.

e) Centro Português de Fundações – a Fundação Portugal – África, na qualidade de membro do Centro Português de Fundações, tem estado presente nas iniciativas que vão sendo promovidas, nomeadamente no X Encontro de Fundações da CPLP, que decorreu em Luanda e nas Assembleias Gerais ordinariamente convocadas.

f) Projeto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais” – com esta iniciativa, coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian e em colaboração com as Fundações Portugal – África, EDP, Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD e com a cooperação do Camões – Instituto da Língua e da Cooperação e da Secretaria de Estado dos

Negócios Estrangeiros e Cooperação, foi criado um Mecanismo de Apoio às ONGD para angariação dos financiamentos internacionais necessários à concretização dos seus projetos de cooperação, no qual a Fundação Portugal – África participa financeiramente e intervém nos seus órgãos de gestão.

g) Conferências de Lisboa – um grupo de oito entidades portuguesas, constituído pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Portugal – África, Instituto Marquês de Valle Flor, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, SOFID e UCCLA, lançou a iniciativa “Conferências de Lisboa”, uma série de encontros bienais internacionais sobre o Desenvolvimento.

As Conferências de Lisboa pretendem ser um fórum de reflexão e debate plural, com a participação de especialistas, académicos, responsáveis de organismos internacionais, governantes, empresários, gestores e ativistas da sociedade civil. Os organizadores entendem que Portugal e Lisboa em particular estão bem situados para o lançamento desta iniciativa dada a história e a tradição multicultural da cidade de Lisboa o papel de charneira que Portugal tem vindo a desempenhar na ligação com os países em desenvolvimento.

A primeira edição das Conferências de Lisboa teve lugar nos dias 3 e 4 de Dezembro de 2014, na sede da Fundação Calouste Gulbenkian.

Na Conferência foram discutidos, entre outros assuntos, as dinâmicas do sistema internacional e o seu impacto sobre o desenvolvimento, os limites e a sustentabilidade do crescimento e as questões do financiamento e da cooperação.

Esta edição contou com a presença de um número significativo de oradores vindos de doze países, incluindo Portugal.

4.4- Outros projetos realizados

Sempre que estatutariamente enquadráveis, e condicionado pelas limitações financeiras existentes, foram apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.4.1) Teses de Doutoramento - um conjunto de dezanove doutorandos moçambicanos, ligados a diversas áreas, nomeadamente académica, militar, administração pública, etc., apresentaram e defenderam as suas Teses de Doutoramento na Universidade Católica Portuguesa.

4.4.2) Guiné – Bissau – criação de processos de orientação profissional – em resultado da informação prestada pelo psicólogo Dr. Severino da Cruz Sampaio relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2008, destinado à elaboração de uma bateria de testes, adaptada à realidade da Guiné - Bissau, destinadas à orientação profissional, concluiu-se que se tornava necessário prolongar a iniciativa durante o ano de 2014.

4.4.3) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, realizaram projetos de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné - Bissau.

4.4.4) “As causas das sucessivas crises político – militares na Guiné – Bissau” – continuação deste trabalho de investigação que vem sendo desenvolvido pelo Dr. Silvestre Alfredo Alves.

4.4.5) Associação Bué Fixe – considerando a colaboração que esta Associação juvenil presta ao programa de prevenção de ITS´s / VIH e Sida, foi concedido um apoio financeiro para cobertura de despesas com atividade que desenvolvem no âmbito da cooperação com os jovens lusófonos.

4.4.6) Edição do livro “Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas” – obra similar às já apoiadas pela Fundação Portugal – África, mas dedicadas a Angola e Moçambique.

4.4.7) Edição de Manual - edição de um Manual de Direito Constitucional de Angola e Moçambique promovida pelo Prof. Doutor Jorge Bacelar de Gouveia.

4.4.8) ONGD “Rosto Solidário” – produção de DVDs do documentário “Mamãs do Papelão”, produzido no Bairro do Papelão, na cidade de Uíge, em Angola.

4.4.9) Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa – publicação da tradução para português de um livro sobre teatro luso – africano, intitulado “Recasting transnationalism through performance: Theatre Festivals in Cape Verde, Mozambique and Brazil”, de autoria de Christina McMahon, professora na Universidade de Califórnia.

4.4.10) Conferência Internacional - organizado pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, decorreu em Maio de 2014, e onde se refletiu sobre o tema “Espaço Lusófono 1974 – 2014: Trajetórias económicas e políticas”.

4.4.11) “Operação Angola” – documentário, de iniciativa da jornalista Diana Andringa, sobre a fuga de Portugal em 1961, de dezenas de jovens das colónias que se encontravam a estudar ou a cumprir serviço militar em Portugal.

4.4.12) XVII Edição dos Encontros de Basto e Barroso – organizada pelo Centro de Formação de Barroso, instituição que promove ações de formação dos professores e pessoal não docente dos Concelhos de Cabeceiras, Celorico, Mondim de Basto, Montalegre e Ribeira de Pena. Decorreu em Maio e teve, entre outras iniciativas, a realização de uma Feira do Livro, de uma Feira das Profissões, das Ideias e Projetos e de um Seminário subordinado ao tema “A propósito de Camilo: educar na e para a diversidade”.

4.4.13) II Congresso Internacional “Pelos Mares da Língua Portuguesa” – organizado pela Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas, decorreu em Maio, e teve como objetivo principal a aproximação científica dos vários países e comunidades de língua portuguesa, visando a sua promoção.

4.4.14) IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos – organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, decorreu em Setembro, e teve como objetivo refletir sobre as mudanças que ocorreram no contexto africano de expressão ibérica e que marcaram a emergência de cinco novas nações independentes.

4.4.15) II Encontro Internacional de Reflexão e Investigação – organizado pela Universidade de Cabo Verde, decorreu em Maio, e contou com presença do nosso Curador Prof. Doutor Pedro Borges Graça.

4.4.16) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia –, decorreu no Verão e teve como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, incluindo os provenientes dos países africanos de expressão portuguesa, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna.

4.4.17) GAS'África – Grupo de Acção Social em África e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa – estudantes universitários portugueses que, em regime de voluntariado, exercem ação social junto de populações carenciadas de África e Portugal, e que em 2014 prosseguiram a sua intervenção em países africanos de língua oficial portuguesa, no âmbito das suas atividades.

4.4.18) “No Reino dos Bijagós” – série de quatro documentários sobre a história, o património cultural e a Biodiversidade do Arquipélago dos Bijagós, realizada pela produtora Lx Filmes.

4.4.19) “Cultura, Economia e Desenvolvimento” – projeto a desenvolver pela ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos – em Cabo Verde, Guiné – Bissau e São Tomé e Príncipe, num período de dois anos, com o qual se pretende realizar um trabalho no domínio do papel da economia da cultura no desenvolvimento, em particular, e da economia criativa mais globalmente, sobretudo nas tecnologias ligadas à comunicação e informação.

4.4.20) Unidade de Colposcopia na Ilha do Príncipe em S. Tomé e Príncipe – iniciativa de uma ONGD, a Ascendre, tendo em vista a prestação de cuidados de saúde da população feminina local.

4.4.21) Projeto “Nô Djunta Mon” – promovido e desenvolvido pelo ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitário, em São Vicente, Cabo Verde, e teve como principal objetivo promover o desenvolvimento comunitário e a educação para o desenvolvimento.

4.4.22) Associação Bué Fixe – comemoração do 11.º aniversário desta Associação de Jovens africanos, que vem desenvolvendo diversas ações de carácter social junto da população africana residente em Portugal e colaborando com a Fundação Portugal – África no âmbito do Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

4.4.23) Projeto Cireneus – no âmbito da participação da Fundação Belmiro de Azevedo no capital fundacional da Fundação Portugal – África, está a ser desenvolvido um projeto pela Associação Cadeia de Solidariedade, que visa a construção de uma escola de formação profissional na Soalpo, Moçambique, e desenvolvimento de cursos de formação profissionalizantes aos adolescentes e jovens, com o objetivo de contribuir para o crescimento e desenvolvimento do País e combate ao desemprego através da capacitação profissional. O projeto iniciou-se em 2007. À data foi estabelecida uma parceria com a paróquia da Soalpo (Igreja Católica da Soalpo) e concretizado um memorando de entendimento com o INEFP (Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional). Desde essa data foram desenvolvidos cursos, nomeadamente nas áreas de construção civil, canalização, eletricidade doméstica e corte e costura. Para 2015 a Associação tem como objetivo continuar a construir a escola de formação, desenvolver os cursos existentes e introduzir novos cursos, tais como educação de infância e restauração.

4.4.24) ONGD Estimulo – Causas com Efeitos – realização de um Ciclo de Conferências e Workshops subordinado ao tema “As Cores da Lusofonia”. Com esta iniciativa, dividida em seis módulos, cada um dedicado a um País Lusófono, procuraram promover a Música como um instrumento integrador da lusofonia.

4.4.25) Associação Cultural Welcome People & Arts – no âmbito da exposição “África Reencontrada”, também apoiada pela Fundação Portugal – África, realização no Museu Nacional de Arqueologia de um encontro de arte africana, concretamente um evento de música caboverdiana, inserido na Festa de Natal da Associação, com o qual visaram a inclusão e integração das comunidades imigrantes mais desfavorecidas.

4.4.26) 1.º Encontro Internacional de Literatura Infanto – Juvenil da Lusofonia – organizado pela Fundação “O Século”, decorrerá em Fevereiro de 2015, e procurará juntar escritores, ilustradores, editores, professores e estudiosos da literatura infanto – juvenil.

5. Evolução económica e financeira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2014 e as notas correspondentes são apresentadas em secção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações Financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, que no final do exercício de 2013 era de 11.942.052 Euros, registou um aumento face ao exercício anterior, atingindo no final de 2014 o valor de 12.117.777 Euros.
- O valor dos Fundos Patrimoniais, que no final do exercício de 2013 ascendiam a 11.902.743 Euros, registou um aumento face ao exercício anterior, atingindo no final de 2014 o valor de 12.104.337 Euros.
- O Resultado Líquido do exercício de 2014 situou-se em 235.217 Euros, representando um aumento face ao Resultado Líquido registado no exercício anterior no valor de 178.251 Euros.

As demonstrações financeiras são o reflexo da política de rigor que continua a marcar a gestão da Fundação, com o reforço da autonomia da Fundação e potenciando a sua futura capacidade de intervenção.

Aplicação do resultado líquido do exercício:

Tal como referido na Nota 8 do Anexo às Demonstrações financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados, e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos, sendo assim, o Resultado líquido do exercício de 235.217 Euros será aplicado nos Fundos próprios da Fundação.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não existem factos relevantes ocorridos após o termos do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2014.

Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente.

Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua actividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por

forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2014, seriam de, aproximadamente 3.205 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua actividade operacional.

Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados à Euribor.

6. Atividades futuras

Em 2015 manter-se-á como prioridade na atividade a desenvolver, a realização dos projetos de iniciativa da Fundação Portugal – África. Destas destaca-se a realização de uma Conferência, com a presença de especialistas nacionais e internacionais, abordando o tema. No âmbito desta iniciativa serão sublinhadas as realizações da Fundação ao longo dos seus vinte anos de existência que se completam em 2015,

Do que se pretende que seja a evolução desses projetos, apresentamos de seguida os aspetos essenciais.

a) Escolas Profissionais de Moçambique

Em conformidade com a vontade expressa pelas autoridades moçambicanas, a Fundação Portugal – África continuará a intervir neste projeto, esperando-se poder continuar a contar com a colaboração do Camões - Instituto da

Cooperação e da Língua, dos Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa, da Fundação Portugal Telecom, da Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições já associadas, ou que possam vir a associar-se a esta iniciativa, permitindo a consolidação deste sistema de ensino em Moçambique, sem deixar de procurar as condições para que possa vir a funcionar de forma autónoma, gerido pelo Ministério da Educação de Moçambique.

b) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Continuarão as ações em curso, desenvolvendo esforços para reforçar as suas condições de viabilidade, mantendo-se a expectativa que, da execução já efetuada do projeto, se possa recolher ensinamentos que possibilitem a sua consolidação junto dos países africanos de expressão portuguesa.

c) Memória de África

Continuarão os trabalhos de recolha de novas referências bibliográficas em Portugal, bem como os relativos ao Módulo Oriente, com particular incidência nas entidades que se indicam:

- **Sociedade Nacional de Belas Artes** – irá iniciar-se a recolha de registos e digitalização de acervos à guarda da Academia em 2015.
- **Autoridade Tributária** – a recolha de registos a decorrer desde 2013 terminou num edifício das Alfândegas mas deverá continuar noutra. Em princípio terminará no ano de 2015.
- **Instituto de Investigação Científica e Tropical** – ainda não se recolheram registos em algumas das bibliotecas do IICT como botânica e geologia, pelo que vai continuar.
- **ISCTE** – continuação do trabalho que tem estado a ser realizado.
- **Fundação Oriente** – continuação do trabalho que tem estado a ser realizado.
- **Caixa Geral de Depósitos** (fundo ex-BNU) – continuação do trabalho, face à deteção de novos acervos que a CGD tem à sua guarda.

- **Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra** – continuação do trabalho, tendo-se capacidade para fazer em média cerca de 800 registos por mês, e continua a apresentar possibilidades de recolha de registos e de digitalização para vários anos dada a dimensão das bibliotecas e à boa articulação que tem sido conseguida com esta Instituição.

- **Biblioteca Nacional** – continuação do trabalho de 2013 e 2014.

- **Instituto de Higiene e Medicina Tropical** – continuação do trabalho iniciado em 2014 e da digitalização de fotografias que se iniciou só em Dezembro passado.

Relativamente a outros conteúdos, serão provenientes da recolha de acervos documentais de particulares que sejam doados à Fundação ou nela os depositem, ou que os proprietários permitam o seu tratamento documental.

d) Edifício Sede da Fundação

No âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, continuarão a ser desenvolvidos projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, nomeadamente as sessões relacionadas com os Encontros de Estudantes Africanos em Portugal e das comemorações do Dia de África, podendo ser desenvolvidas outras atividades no âmbito do projeto Diáspora Africana, promovendo encontros entre Quadros africanos de formação superior, para que possam discutir os seus problemas e transmitir os seus conhecimentos, proporcionando a este espaço uma utilização articulada com os grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Quanto à disponibilização do acesso à Biblioteca / CDI, não sendo previsível contar com o financiamento por fundos públicos que permitam a contratação de Técnicos documentalistas, que façam o acolhimento dos utilizadores e procedam à recolha e tratamento de outros acervos documentais, procurar-se -á disponibilizar no Portal da Fundação Portugal – África a informação necessária sobre o espólio existente, e em simultâneo criar condições para que possa ser viabilizada a consulta das obras disponíveis.

e) Observatório de África

O objetivo prioritário deste projeto continuará a ser a manutenção da publicação regular do Boletim, quer em papel, quer de forma digitalizada, inserida no Portal da Fundação Portugal – África.

f) Diáspora Africana

No âmbito deste projeto, prosseguirá o trabalho de aprofundamento e conhecimento das demais iniciativas que neste domínio estão em curso, nomeadamente a experiência recolhida com a realização no nosso Auditório do “Encontro anual dos estudantes africanos em Portugal “ ampliando as sinergias que se venham a identificar.

Quanto a outras iniciativas, a Fundação Portugal – África manterá a sua presença como Membro Observador da CPLP, intervirá na atividade da Plataforma de Acolhimento e Integração de Imigrantes, criada no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian e participará nos trabalhos do projeto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais”.

Finalmente manifesta-se o especial agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Instituto da Cooperação e da Língua – Camões / IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a outras entidades públicas e privadas que sempre incentivaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objectivos que se propôs atingir.

PORTO, 27 de Fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Mário Soares

Francisco Carvalho Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo, em
representação de Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP -
Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do
Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Álvaro José Barrigas do Nascimento, em
representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Luís de Sousa Macedo, em representação da
Portugal Telecom, S.A.

Rui Moreira, em
representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>Dezembro</u> <u>2014</u>	<u>Dezembro</u> <u>2013</u>
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	834 412	913 189
Activos intangíveis	6	393 727	387 145
Total do activo não corrente		<u>1 228 139</u>	<u>1 300 334</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Outras contas a receber		13 595	21 820
Activos financeiros detidos para negociação	7	7 670 556	7 428 603
Caixa e depósitos bancários	4	3 205 487	3 191 294
Total do activo corrente		<u>10 889 638</u>	<u>10 641 717</u>
Total do activo		<u><u>12 117 777</u></u>	<u><u>11 942 052</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social	8	11 372 599	11 372 599
Reservas	8	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados	8	(847 223)	(1 025 474)
Subsídios ao Investimento	8	220 439	254 062
Resultado líquido do exercício		<u>11 869 120</u>	<u>11 724 493</u>
		<u>235 217</u>	<u>178 251</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u><u>12 104 337</u></u>	<u><u>11 902 743</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		3 387	30 141
Estado e outros entes públicos	9	948	418
Outras contas a pagar	10	8 229	8 750
Passivos financeiros detidos para negociação	7	877	-
Total do passivo corrente		<u>13 441</u>	<u>39 309</u>
Total do passivo		<u>13 441</u>	<u>39 309</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>12 117 777</u></u>	<u><u>11 942 052</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

	Mário Soares	António Monteiro
António Moreira Ferreira	Francisco Carvalho Guerra	Daniel Proença de Carvalho
	António Mexia	Álvaro Nascimento
	Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	Luis de Sousa Macedo
	Carlos Manuel Costa Pina	Rui Moreira
		Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2014	Dezembro 2013
Subsídios à exploração	11	163 690	163 690
Fornecimentos e serviços externos	12	(129 724)	(109 917)
Subsídios concedidos	13	(377 528)	(399 862)
Gastos com o pessoal		(7 948)	(6 841)
Aumentos / reduções de justo valor	7	500 292	477 308
Outros rendimentos e ganhos	14	177 378	115 711
Outros gastos e perdas	15	(22 935)	(26 022)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		303 225	214 068
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(156 111)	(149 223)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		147 114	64 845
Juros e rendimentos similares obtidos	16	88 103	113 406
Resultado antes de impostos		235 217	178 251
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		235 217	178 251

anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Mário Soares

António Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Álvaro Nascimento

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)

Fundos patrimoniais						
Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2014	11 372 599	1 123 306	(1 025 474)	254 062	178 251	11 902 743
Resultado integral do exercício	8 -	-	-	-	235 217	235 217
Aplicação de resultados	8 -	-	178 251	-	(178 251)	-
Reconhecimento de subsídios	8 -	-	-	(33 623)	-	(33 623)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>178 251</u>	<u>(33 623)</u>	<u>56 966</u>	<u>201 594</u>
Posição no fim do exercício 2014	<u>11 372 599</u>	<u>1 123 306</u>	<u>(847 223)</u>	<u>220 439</u>	<u>235 217</u>	<u>12 104 337</u>

Fundos patrimoniais						
Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2013	11 323 200	1 123 306	(1 439 504)	287 686	414 029	11 708 717
Resultado integral do exercício	8 -	-	-	-	178 251	178 251
Realização de fundos	8 49 399	-	-	-	-	49 399
Aplicação de resultados	8 -	-	414 029	-	(414 029)	-
Reconhecimento de subsídios	8 -	-	-	(33 624)	-	(33 624)
	<u>49 399</u>	<u>-</u>	<u>414 029</u>	<u>(33 624)</u>	<u>(235 778)</u>	<u>194 026</u>
Posição no fim do exercício 2013	<u>11 372 599</u>	<u>1 123 306</u>	<u>(1 025 474)</u>	<u>254 062</u>	<u>178 251</u>	<u>11 902 743</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

O Técnico Oficial de Contas

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Mário Soares António Monteiro

Francisco Carvalho Guerra Daniel Proença de Carvalho

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo Álvaro Nascimento

António Mexia Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)

	2014		2013	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Pagamentos de subsídios e donativos	(126 440)		(106 289)	
Pagamentos de apoios a projetos próprios	(250 467)		(288 972)	
Pagamentos de bolsas	-		(4 601)	
Recebimentos de subsídios à exploração	160 000		160 000	
Pagamentos a fornecedores	(151 080)		(67 209)	
Pagamentos ao pessoal	(5 100)		(4 768)	
Caixa gerada pelas operações		(373 087)		(311 839)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(7 854)		(13 323)	
Outros recebimentos / pagamentos	(10 953)		(16 810)	
Fluxos das actividades operacionais [1]		(391 894)		(341 972)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	(2 000)		-	
Activos intangíveis	(80 792)		(60 597)	
Investimentos	(5 665 246)	(5 748 038)	(10 888 406)	(10 949 003)
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos	6 053 826		11 105 286	
Juros e rendimentos similares	83 128		125 161	
Dividendos	17 171	6 154 125	11 829	11 242 276
Fluxos das actividades de investimento [2]		406 087		293 273
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Realização de fundos	-	-	49 398	49 398
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-		49 398
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		14 193		699
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 191 294		3 190 595	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 205 487	14 193	3 191 294	699

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Mário Soares

António Vitor Martins Monteiro

António Moreira Ferreira

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Álvaro Nascimento

António Mexia

Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África (“Fundação”) é uma pessoa colectiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de acções de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projecção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projectos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas têm vindo a ser preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 10 de Julho, que veio a implementar o Sistema de Normalização Contabilística (“SNS”).

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação (“SNC”) não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação.

3.2 – Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros activos fixos tangíveis	8

Os activos que integram a rubrica de “Outros activos fixos tangíveis” incluem um montante de 8.285 Euros (6.285 Euros em 31 de Dezembro de 2013) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projectos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objecto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é reflectida na linha de Balanço em que estes activos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os activos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Activos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objectivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua actividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus activos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um activo financeiro na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objectivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projectos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de activos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para actividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efectivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- (iii) Ajustamento no valor de contas a receber.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Numerário	92	45
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	160.297	146.151
Depósitos a Prazo	3.045.098	3.045.098
	<u>3.205.487</u>	<u>3.191.294</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço “Outras contas a receber”.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Aquisições	-	-	-	-	1.123	2.000	3.123
Saldo final	294.291	1.473.769	346	40.385	18.524	92.101	1.919.415
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	876.832	346	25.097	17.401	83.427	1.003.102
Amortizações do exercício	-	73.688	-	7.838	375	-	81.901
Saldo final	-	950.520	346	32.935	17.776	83.427	1.085.003
Activos líquidos	294.291	523.249	-	7.450	748	8.674	834.412

2013							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Saldo final	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	803.143	346	16.871	17.388	82.262	920.009
Amortizações do exercício	-	73.689	-	8.226	13	1.165	83.093
Saldo final	-	876.832	346	25.097	17.401	83.427	1.003.102
Activos líquidos	294.291	596.937	-	15.288	-	6.674	913.189

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo da rubrica “Equipamento de transporte” no montante de 7.450 Euros e 15.288 Euros respectivamente, refere-se a duas viaturas que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projecto “Escolas Profissionais”.

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2014				
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Activos				
Saldo inicial	1.072.398	4.797	811	1.078.006
Aquisições	80.792	-	-	80.792
Saldo final	1.153.190	4.797	811	1.158.798
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	685.253	4.797	811	690.861
Amortizações do exercício	74.210	-	-	74.210
Saldo final	759.463	4.797	811	765.071
Activos líquidos	393.727	-	-	393.727
2013				
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Activos				
Saldo inicial	991.606	4.797	811	997.214
Aquisições	80.792	-	-	80.792
Saldo final	1.072.398	4.797	811	1.078.006
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	619.124	4.797	811	624.732
Amortizações do exercício	66.129	-	-	66.129
Saldo final	685.253	4.797	811	690.861
Activos líquidos	387.145	-	-	387.145

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os valores mais significativos em activos intangíveis referem-se ao Projecto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos.

O projecto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsa um orçamento para as despesas estimadas com o projecto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2014	Valor carteira 2013
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Acções cotadas	466.437	370.289
Obrigações cotadas	4.974.552	3.184.994
	<u>5.440.989</u>	<u>3.555.283</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	2.100.291	1.916.896
Obrigações do Tesouro	129.276	910.282
Papel comercial	-	1.043.331
Derivados	-	2.811
	<u>2.229.567</u>	<u>3.873.320</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>7.670.556</u>	<u>7.428.603</u>
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Outros instrumentos financeiros		
Derivados	877	-
Total de passivos financeiros detidos para negociação	<u>877</u>	<u>-</u>

Os activos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua actualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

A rubrica de “Derivados” apresenta a 31 de Dezembro de 2014 um saldo passivo de 877 Euros, o qual corresponde ao justo valor de um derivado cambial (“forward”) sobre o US Dólar (199.825 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

A única excepção à regra de registo a justo valor através de resultados acima referida, refere-se ao papel comercial que é registado ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade identificadas. No entanto, dado que este se refere a operações de curto prazo e vence juros a taxas de mercado que são apresentadas na linha de Balanço “Activos financeiros detidos para negociação”, o Conselho de Administração entende que o valor pelo qual este se encontra registado nas contas da Fundação espelha o seu Justo valor (1.043.331 Euros a 31 de Dezembro de 2013).

As participações financeiras em Acções geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 17.171 Euros (11.829 Euros em 31 de Dezembro de 2013) – Nota 16.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Acções cotadas	31.12.2014			31.12.2013		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
EDP-RENOVÁVEIS	15.413	5,40	83.292	3.513	3,86	13.564
SONAE SGPS	77.181	1,02	79.033	47.276	1,05	49.593
TELEFONICA	2.311	11,92	27.547	2.247	11,84	26.593
MOTA ENGIL SGPS.SA	20.000	2,66	53.220	-	-	-
NOS SGPS	11.500	5,24	60.214	-	-	-
REN-SGPS	28.150	2,41	67.729	-	-	-
CTT	11.900	8,02	95.402	30.000	5,59	167.700
GALP ENERGIA	-	-	-	1.573	11,92	18.742
REPSOL YPF	-	-	-	766	18,82	14.413
BANCO P.E.(MAD)	-	-	-	18.172	4,39	79.684
			466.437			370.289

Obrigações cotadas	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no dia
BBPI-3.25%H7-15	-	-	-	-	200.000	101,25%	3,25%	208.739
BCP-5.625%-2014	-	-	-	-	100.000	100,71%	5,63%	104.597
BES-5.625%-2014	-	-	-	-	150.000	101,28%	5,63%	156.744
BES5.875-11/2015	200.000	100,89%	5,88%	203.454	200.000	104,13%	5,88%	209.924
BONOS-4.3%-2019	-	-	-	-	73.000	106,42%	4,30%	78.208
BRISA F-4,5%-2016	100.000	106,79%	4,50%	107.106	100.000	103,81%	4,50%	104.131
BUONI-4,25%-2019	-	-	-	-	100.000	106,68%	4,25%	108.264
CGD-8%-2015	128.000	104,77%	8,00%	136.748	128.000	108,50%	8,00%	141.517
CONTINENTE-7%-15	120.000	102,81%	7,00%	126.989	120.000	104,50%	7,00%	129.017
CP-4,17%-2019	100.000	107,06%	4,17%	107.926	100.000	89,00%	4,17%	89.868
EDP FBV.3,25%-2015	-	-	-	-	100.000	101,44%	3,25%	104.017
EDP-6%-12.14	-	-	-	-	40.000	102,36%	6,00%	41.097
EDP-BV-4.125%/21	100.000	110,66%	4,13%	114.556	100.000	100,98%	4,13%	101.437
EDP-VB-4.875%-2020	100.000	114,30%	4,88%	115.746	100.000	105,44%	4,88%	106.908
ENI SPA-4,125%-19	-	-	-	-	50.000	109,75%	4,13%	55.472
GAS NATURAL CAP-4,125%	-	-	-	-	100.000	108,75%	4,13%	112.569
IBERDROLA F- 3,5%	-	-	-	-	50.000	105,87%	3,50%	53.311
L.B.TSY-NIKK-15	100.000	98,95%	6,14%	4.476	100.000	3,00%	3,00%	2.477
MOTA ENGIL-6.85%	100.000	102,00%	6,85%	103.941	100.000	105,75%	6,85%	107.691
PARPUB-3.75%	200.000	191%	3,75%	206.415	-	-	-	-
PORT.TEL.5.875%	100.000	107,53%	5,88%	111.682	100.000	109,28%	5,88%	113.433
PORTUCEL-5.375%	100.000	107,15%	5,38%	107.826	100.000	106,17%	5,38%	106.839
PT INT-4,375%-2017	-	-	-	-	100.000	104,44%	4,38%	107.818
REN-4,13%-2018	100.000	108,37%	4,13%	112.147	100.000	102,42%	4,13%	106.190
REN-6.25%-2016	200.000	108,18%	6,25%	219.798	200.000	106,03%	6,25%	215.498
SCH- FIN-TV-O.PERP.	61.000	70,69%	1,18%	43.299	61.000	68,50%	2,16%	42.115
SEMAPA 2006/2016	300.000	99,25%	1,53%	298.669	300.000	95,00%	1,69%	286.014
ST ISSUANCES-17	50.000	99,50%	0,83%	49.759	50.000	95,04%	1,04%	47.530
TELEFONICA-4,375%-2016	-	-	-	-	100.000	106,24%	4,38%	110.222
ZON MULT.12-2015	32.000	102,00%	6,85%	32.707	32.000	104,00%	6,85%	33.347
BES-3.875%-2015	100.000	99,87%	3,88%	103.522	-	-	-	-
BIAL TV-2019	150.000	100,50%	4,18%	153.779	-	-	-	-
CIN-2014/2019	100.000	100,25%	3,53%	100.368	-	-	-	-
COLEP PORT.-2017	250.000	100,50%	3,13%	253.032	-	-	-	-
EMPARK F.6.75%	150.000	107,71%	6,75%	161.985	-	-	-	-
ENCE7.25% 2020	150.000	104,43%	7,25%	160.720	-	-	-	-
GRUPO PESTANA-14/20	200.000	100,25%	3,58%	201.177	-	-	-	-
IMPRESA SGPS-TV-2018	300.000	100,50%	4,18%	303.207	-	-	-	-
MEDIA C APITAL-14-19	300.000	100,25%	4,30%	306.847	-	-	-	-
MOTA SA-5.5%-2019	300.000	103,25%	5,50%	312.958	-	-	-	-
SAUDACOR-TV-2017	350.000	99,36%	3,30%	353.553	-	-	-	-
SEMAPA 201/2019	143.000	102,51%	3,43%	147.611	-	-	-	-
P. TELECOM 6.25%-2016	200.000	103,60%	6,25%	212.547	-	-	-	-
				4.974.552				3.184.994

Fundos de Investimento	31.12.2014			31.12.2013		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Diversificação						
BPI UNIVERSAL	10.070,93	7,61	76.640	10.070,93	7,44	74.958
Tesouraria						
BPI LIQUIDEZ FT	-	-	-	38.033,91	7,34	279.000
Obrigações						
BPI HIGH INC CL.I	17.515,79	8,78	153.719	39.515,79	8,69	343.511
MUZINICH EUYID HEDGE	1.638,24	194,46	318.571	1.898,24	184,58	350.376
JUPITER GLCONV I	8.500,00	12,23	103.955	8.500,00	11,91	101.235
BANTELON OPPOR	847,55	175,63	148.856	-	-	-
BPI- Obrigações Mundiais	21.639,53	6,86	148.419	-	-	-
Acções						
AL RCM US EQUITY IT	46,00	1.407,52 (*)	64.746	46,00	1.512,55 (*)	50.451
BD HECT EAGL US SC	-	- (*)	-	3,73	17.211,87 (*)	46.515
BPI ÁFRICA	12.133,47	11,33	137.448	12.133,47	9,92	120.376
BPI-ÁSIA PACÍFICO	12.288,44	5,90	72.542	12.288,44	5,36	65.918
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃO	6.808,50	12,29	83.698	6.808,50	12,19	82.998
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,09	6,04	25.002	4.138,08	5,98	24.725
JUPITER EUROP GROWTH	1.897,53	29,83	56.603	1.897,53	26,33	49.965
MANDARINE VALEUR	0,78	45.842,89	35.895	7,43	4.944,98	36.731
ODEY PANEUROPEAN	149,23	324,36	48.404	149,23	299,63	44.714
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	222.064,60	41.748	0,19	211.983,20	39.853
REYL EUROP EQUIT I	-	-	-	149,39	302,76	45.228
RAM(LUX)SYSTEM.FDS-E	148,16	330,84	49.018	-	-	-
Fundos Fechados						
SPDR S&P 500 ETF	618,00	205,50	104.603	618,00	184,67 (*)	82.854
LIXOR ETFIBEX	789,00	101,93	80.423	789,00	98,21	77.488
Produtos Estruturados						
BPI.ESP.ITAL.EUR	75.000,00	1,00	75.000	-	-	-
BPI.EUR.SUL	75.000,00	1,00	75.000	-	-	-
BPI-MERC.OCID.EUR	200.000,00	1,00	200.000	-	-	-
			2.100.291			1.916.896

(*) Cotação em USD.

Obrigações do Tesouro	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia
OTS-3.35%-2015	-	-	-	-	200.000	100,04%	3,35%	201.483
OTS-4,2%-2016	-	-	-	-	300.000	100,32%	4,20%	303.618
OT-4.35%-2017	-	-	-	-	300.000	98,85%	4,35%	299.252
OT-4,8%-2020	109.000	116%	4,80%	129.276	109.000	94,57%	4,80%	105.929
	109.000			129.276	909.000			910.282

À data de 31 de Dezembro de 2014 a Fundação não detém papel comercial sendo que a 31 de Dezembro de 2013, o detalhe, registado ao respectivo custo de aquisição acrescido de juros corridos, tal como anteriormente referido, apresenta-se conforme se segue:

Papel Comercial	31.12.2013				
	Valor aplicado	Tx nominal líquida	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
SONAE CAPITAL SGPS	50.000	3,94%	19.08.2013	19.02.2014	50.734
SONAE CAPITAL SGPS	300.000	3,54%	28.10.2013	28.04.2014	301.890
SONAE CAPITAL SGPS	100.000	3,84%	23.09.2013	24.03.2014	101.055
SONAE INDUSTRIA SGPS	200.000	3,43%	16.12.2013	26.06.2014	200.286
EFACEC 9ª	144.971	6,90%	25.10.2013	24.04.2014	146.832
MOTA ENGIL SGPS	148.499	4,00%	13.12.2013	14.03.2014	148.796
LUIS SIMOES SGPS, SA	99.861	2,50%	20.12.2013	09.01.2014	99.937
	<u>1.043.331</u>				<u>1.049.530</u>

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	121.469	35.185
Obrigações	395.246	334.766
Derivados	-	12.932
Outros - UP's	149.412	173.474
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(58.714)	(5.357)
Obrigações	(53.456)	(40.143)
Derivados	(18.877)	(7.844)
Outros - UP's	(34.788)	(25.705)
	<u>500.292</u>	<u>477.308</u>

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que se encontra inscrito na rubrica de Balanço “Fundo Social”.

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2014	31.12.2013
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	-----	-----
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar (12.470)	(12.470)	
	-----	-----
	11.372.599	11.372.599
	=====	=====

Durante do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o fundador Fundação Belmiro de Azevedo realizou 49.399 Euros relativos a Fundos subscritos e ainda não realizados em exercícios anteriores.

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no artº 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos.

Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2014 o saldo desta rubrica inclui o montante de 174.579 Euros (199.519 Euros em 31 de Dezembro de 2013) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afecto.

Fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 31.210 Euros e 14.650 Euros (37.451 Euros e 17.092 Euros em 31 de Dezembro de 2013, respectivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projecto “Memória de África -Módulo Oriente”, nos exercícios de 2010 e de 2011, respectivamente.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.623 Euros (33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2013 - Nota 14).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2014 (33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2013) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Outras contas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações a Liquidar	1.084	1.841
Outras contas a pagar	7.145	6.909
	<u>8.229</u>	<u>8.750</u>

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2014, o montante de, aproximadamente, 7.100 Euros (6.900 Euros em 2013), correspondente ao último trimestre de 2014 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

11 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Subsídio Camões - Escolas Profissionais (Ex-Escolas de Artes e Ofícios)	160.000	160.000
Outros subsídios	3.690	3.690
	<u>163.690</u>	<u>163.690</u>

O subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2014 diz respeito a um incentivo pago em duas tranches, de 80.000 Euros cada, destinado a financiar parte das despesas incorridas pela Fundação no projecto “Escolas Profissionais”. Este subsídio teve uma redução de 80.000 euros face ao inicialmente aprovado para os exercícios de 2014 e 2013, que era de 240.000 euros.

Este projecto é constituído por um conjunto de actividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2011 a 2014, no montante total máximo de 1.000.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

12 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Trabalhos especializados	36.546	42.305
Comissão de gestão da carteira	28.292	26.940
Deslocações e estadas	19.620	11.240
Conservação e reparação	8.184	2.324
Comunicação	4.551	4.518
Outros Fornecimentos e serviços externos	32.532	22.590
	<u>129.724</u>	<u>109.917</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, um montante de 13.464 Euros relativos a serviços de manutenção e 11.808 Euros de honorários para auditoria.

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de activos financeiros da Fundação.

13 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de “Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Escolas Profissionais (Ex-Escolas de Artes e Ofícios) de Moçambique	188.089	223.245
Subsídios diversos	43.604	32.720
Divulgação de acções preventivas de ITS's, VIH e SIDA	24.000	24.000
Observatório de África	18.860	18.860
Bolsas de estudo concedidas	16.475	-
Cultura, Economia e Desenvolvimento - Guiné Bissau	15.000	-
Operação Angola	15.000	-
Actividades culturais	10.000	9.000
Crises políticas na Guiné Bissau	10.000	-
Projeto "CIRINEUS"-Moçambique	9.000	-
Diáspora Portuguesa em Angola	8.500	55.008
Guiné-Bissau – processos de orientação profissional	6.000	7.161
Arquitectura Portuguesa em Moçambique	5.000	7.500
Conferencias-"A Cor da Lusofonia"	5.000	-
Donativos	3.000	5.750
Exposição do Mestre Eduardo Nery	-	8.500
Reedição do Livro "Para Memória Futura - Dez Anos a Acreditar"	-	8.118
	<u>377.528</u>	<u>399.862</u>

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014 para o projecto “Escolas Profissionais de Moçambique”, incluem essencialmente um montante de, aproximadamente, 87.500 Euros (87.500 Euros em 2013) para formação de formadores, 27.000 Euros (65.250 Euros em 2013) para bolsas de estudo e 45.000 Euros para cobertura de despesas com a realização da Reunião geral de Diretores para a constituição da Rede de escolas profissionais (28.000 Euros para o Curso de Capacitação Pedagógica para a Docência em 31 de Dezembro de 2013).

14 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Subsídios ao investimento (Nota 8)	33.623	33.623
Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	100.093	35.421
Obrigações	41.500	20.687
Outros - UP's	2.037	25.980
Outros rendimentos e ganhos	125	-
	<u>177.378</u>	<u>115.711</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projectos “Memória de África” (Nota 8). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é actualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima reflectem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos activos em causa à data da última actualização efectuada previamente à alienação.

15 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Impostos	2.415	3.220
Donativos	1.400	14.150
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Obrigações	11.565	-
Outros activos financeiros - UP's	495	1.442
Outros gastos e perdas	7.060	7.210
	<u>22.935</u>	<u>26.022</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é actualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos reflectem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos activos em causa à data da sua última actualização efectuada previamente à alienação.

16 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	40.722	64.048
Papel comercial	30.210	37.529
Dividendos recebidos (Nota 8)	17.171	11.829
	<u>88.103</u>	<u>113.406</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respectivos.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal - África ("Fundação" - uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 que evidencia um total de 12.117.777 Euros e fundos patrimoniais de 12.104.337 Euros, incluindo um resultado líquido de 235.217 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Fundos Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Fundação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações, as alterações nos seus fundos patrimoniais e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão, no seu ponto 5, com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

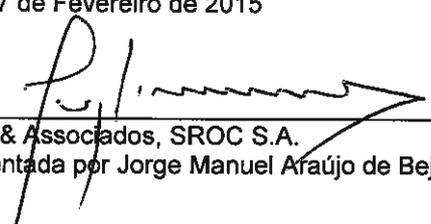
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Portugal - África em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus fundos patrimoniais e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 27 de Fevereiro de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Afaújo de Beja Neves



RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas, o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários. Nas suas reuniões o Conselho Fiscal contou com a presença de um elemento do Conselho de Administração que prestou os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2014.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, sem reservas, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2014.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor.
8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 27 de Março de 2015

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Ângelo Ludgero Marques

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido apurado no exercício, no montante de € 235.216,67 (duzentos e trinta e cinco mil duzentos e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: € 235.216,67

TOTAL: € 235.216,67

ELENCO DE FUNDADORES

(Euros)

1. Banco BPI, S.A.	5 426 922
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773 137
3. Banco Comercial Português, S.A.	748 197
4. Fundação Belmiro Azevedo	748 197
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498 798
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498 798
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498 798
8. Portugal Telecom, S.A.	498 798
9. Câmara Municipal do Porto	299 279
10. Fundo EFTA	274 339
11. IAPMEI	124 700
12. Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124 700
13. H. Cabora Bassa	99 760
14. Tabaqueira, S.A.	99 760
15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74 820
16. Estado Português	49 880
17. Partex, S.A.	49 880
18. Tertir, S.A.	49 880
19. Cabelte, S.A.	24 940
20. Fáb. Moagens do Marco, S.A.	24 940
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24 940
22. Ferbritas-Emp. I. Comerciais, S.A.	24 940
23. Quintas & Quintas, S.A.	24 940
24. RAR-Holding, S.A.	24 940
25. Asea Brown Boveri, S.A.	24 940
26. Soc. Portug. Acum. Tudor, S.A.	24 940
27. Solidal, S.A.	24 940
28. Somague, S.A.	24 940
29. Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24 940
30. Associação Emp. Portugal	12 470
31. Inst. Inv. Cient. Tropical	9 976
32. OGMA-Ofic. G.M. Aeronautico	9 976
33. Academia I. Cult. Portuguesa	4 988
34. Árvore-Coop. Activ. Artísticas	4 988
35. Associação Com. do Porto	4 988
36. Associação Ind. Portuguesa	4 988
37. Assoc. P.D. Econ. Coop. -ELO	4 988
38. Câmara C.I. Port./A.C. Lisboa	4 988
39. Câmara Municipal Lisboa	4 988
40. Com. Coord. Região Norte	4 988
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4 988
42. Cosec-Comp-Seg. Crédito	4 988
43. Fundação Cidade Lisboa	4 988
44. Fund. Luso-Amer. p/Desenv.	4 988
45. Inst. Eng. Sist. Computadores	4 988
46. Instituto Nac. de Estatística	4 988
47. Inst. Sup. Ciênc. Soc. Políticas	4 988
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4 988
49. Instituto Superior Técnico	4 988
50. Inv. Com. Tur. Portugal (ICEP)	4 988
51. Lab. Nac. Eng. Civil (LNEC)	4 988
52. PME Capital, S.A.	4 988
53. Profabril-Centro Projectos	4 988
54. Un. Cid. Cap. Luso-Am. As. (UCCLA)	4 988
55. Universidade de Aveiro	4 988
56. Universidade Católica	4 988
57. Universidade do Minho	4 988
58. Universidade Moderna	4 988
59. Universidade do Porto	4 988
60. Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro	4 988

ORGÃOS SOCIAIS

2011 / 2014

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Mário Soares - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Hélder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr. Nuno Miguel Teixeira de Azevedo)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Mexia)

Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Banco Comercial Português/Atlântico (Dr. António Vítor Martins Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento)

Portugal Telecom, S.A. (Dr. Luís Sousa Macedo)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui Moreira)

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Francisco Murteira Nabo - Presidente

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.º António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação - ELO

HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD

Instituto de Investigação Científica Tropical

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - INESC

CONSELHO FISCAL

Eng.º Ângelo Ludgero Marques - Presidente

IAPMEI (Dr.^a Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.^a Maria de Fátima Borges da Fonseca)